



ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA REGIONAL DO NORTE – CERNO
e-mail: fatma@netville.com.br

www.fatma.sc.gov.br



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO N° 468/2005

A Fundação do Meio Ambiente - FATMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Estadual N° 5.793 de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto 14.250, de 05 de junho de 1981, concede a presente Licença Ambiental de Operação a :

Nome: CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA

Endereço: Rod. BR SC 404 – KM 03

Município: Jaraguá do Sul - SC

CGC/CPF: 83.878.892/00011-55

Para Atividade de

34.15.00 – SUBESTAÇÃO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Localizada em

**Rua Amandus Rengel – Rio da Luz
Jaraguá do Sul - SC**

Com as Seguintes Restrições

“As contidas no processo de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor”.
“Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica”.

Esta LAO é válida pelo período de 36 (trinta e seis), meses a contar da presente data, conforme Processo de Licenciamento FATMA N° DIV/689/CRN, observadas as condições deste documento (verso e anverso), bem como de seus anexos que, embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.

Joinville, 16 de dezembro de 2005.


JAIME DA SILVA DUARTE
Gerente de Desenvolvimento Ambiental

1. Esta licença estabelece operação da subestação de Transmissão Energia Elétrica, localizada na Rua Amandus Rengel – Rio da Cruz, no Município de Jaraguá do Sul, conforme RG 39128 – área total de 18.490,20 m², sendo área útil de 10.000 m².

2.1. Processo produtivo consiste na transformação da energia elétrica de 138 KV para 13,8 KV e redistribuição em linhas elétricas;

2.2. Equipamento: 2 (duas) entradas de linhas 138 KV, 04 redes de distribuição em 13,8 KV, 01 transformador de 26muA – 138 KV/13,8 KV e casa de comando.

- 3.1. Estrita observação do art. 2º da Lei Federal nº 4.771/65, modificado pela Lei nº 7.803/89, bem como a Resolução CONAMA nº 303/2002, nas quais são estabelecidos os parâmetros que delimitam as áreas de preservação permanente ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água;
- 3.2. Drenagem das águas pluviais, de acordo com as normas;
- 3.3. Manter os níveis de ruídos, vibrações e ultralanchamentos dentro dos limites da NBR 9.653/86 – ABNT;
- 3.4. Estrita observação aos preceitos do Decreto Estadual nº 14.250/91, cap. II – da proteção da água, solo, da atmosfera e do controle sonoro;
- 3.5. Manter dispositivos e equipamentos de segurança contra acidentes danosos à saúde pública e meio ambiente, especialmente quanto a óleos e graxas oriundos das máquinas utilizadas nas obras devendo ser previstas medidas emergenciais para conter e remediar vazamentos acidentais, inclusive no transporte ao longo ou através de qualquer via pública;

- **Violação ou inadequação** de qualquer condicionante, exigências ou normas legais;
- **Omissão ou falsa descrição** de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- **Superveniência** de graves riscos ambientais e/ou saúde pública;
- **Operação inadequada dos sistemas de controles ambientais.**

6. Esta Licença é passível de cancelamento, caso a Empresa não atenda as legítimas exigências desta Fundação.

[illegible]

I.	A presente Licença não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
II.	Os equipamentos de controle ambientais existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência, sendo tal responsabilidade única e exclusiva dessa empresa.
III.	As alterações nas atuais atividades deverão ser precedidas de Licenças, observando o art. 75 do Decreto Estadual nº 14.250, de 05/06/81.